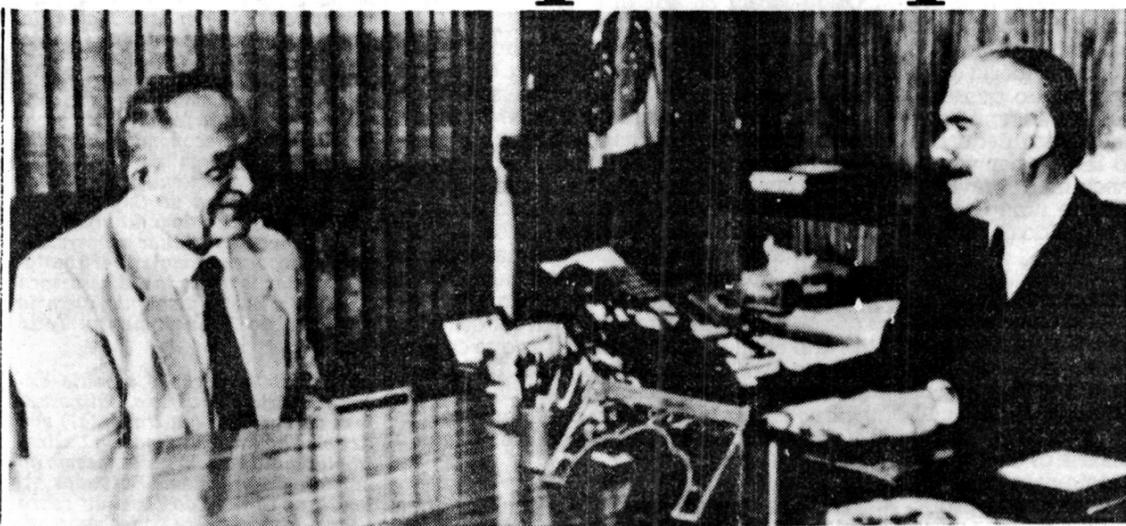


Sarney acha que eleitos ainda estão nos palanques

2 JOSÉ NEUMANNE PINTO

O presidente José Sarney recebe com compreensão e tranquilidade as pressões que tem sofrido dos governadores eleitos nas audiências que lhes concede, mas deixa claro que elas são inócuas, pois não pretende mudar o ministério nem alterar as rotas básicas de seu governo. Ontem, no café da manhã, no Palácio da Alvorada, Sarney definiu ao repórter a situação, com muito bom humor: "Eles ainda não desceram do palanque. Ainda estão em plena campanha. Quando o interlocutor lembra que alguns já estão subindo nos palanques da sucessão presidencial, Sarney dá uma lição, recitando uma frase do velho Vitorino Freire, cacique político do Maranhão e adversário político: "A única coisa que um político não pode fazer é balançar o palanque das autoridades".

"Nosso maior desafio é convencer a tese de que os governos civis na América Latina sempre sucumbem à ingovernabilidade. João Goulart caiu porque, em seu governo, o Brasil tornou-se mais um exemplo nesse quadro continental da ingovernabilidade dos regimes civis", lembra. Sarney não perde a calma para explicar a atitude dos governadores, mas se aplica nesse seu raciocínio, para analisar: "Talvez os governadores eleitos ainda não estejam conscientizados da verdadeira dimensão da responsabilidade de um governante". Na concepção do presidente, "o governante deve assumir a responsabilidade de enfrentar os problemas e tentar resolvê-los da melhor forma possível". Essa máxima tanto serve para explicar sua própria atuação quanto para pautar o futuro trabalho dos governadores eleitos no dia 15. Há um caso especial, o do governador eleito de São Paulo, Orestes Quércia. No caso de São Paulo, a conscientização do senso de responsabilidade do governo, que deve superar qualquer interesse pessoal e evitar a demagogia, prima-irmã da "ingovernabilidade", deve ser ainda maior. Antes de tomar suas vitaminas matutinas, o presidente confessa que, "no caso de São Paulo, um governador que não tiver consciência plena não apenas das necessidades do Estado, mas até mesmo dos problemas do Brasil como um todo, poderá provocar graves desequilíbrios políticos, talvez até uma rota de colisão". Quem ouve esse raciocínio do presidente fica logo sabendo que não há prevenção pessoal contra Quércia nem é uma resposta à entrevista que o governador eleito de São Paulo deu à TV Globo na noite de domingo, na qual Quércia fez críticas duras à condução da política econômica do governo, personificando essas críticas no ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que, mesmo no PMDB, nunca se declarou simpático à candidatura oficial do partido.



Sarney ouve governadores eleitos (como Arrais ontem), esperando que desçam do palanque

'É preciso vigiar o acampamento'

O raciocínio do presidente é mais genérico e faz parte de uma advertência que ele tem repetido, cautelosa, mais sistematicamente, desde que citou a *Veja* o exemplo da "Primavera de Praga". "Tenho a impressão de que muita gente parece agir como se já vivessemos numa democracia plenamente realizada e solidificada. Infelizmente, isso não é realista. Nós temos ainda que vigiar muito nosso acampamento, para não sermos surpreendidos pela ronda noturna das feras." Ao amigo que tem acesso aos salões envidraçados do Palácio da Alvorada, Sarney confidencia que não entendeu bem os comentários negativos do presidente do PMDB de São Paulo e vice-governador eleito Almino Afonso sobre seu aviso, na entrevista à *Veja*. A "Primavera de Praga", a seu ver, é uma lição histórica, um símbolo e, como tal, precisa ser visto.

— Contra o Destino —

No verão quente, ensolarado e, mais uma vez, árido do Planalto Central, o presidente da República não mostra um aborrecimento particular pelas pressões que recebe dos vitoriosos da eleição do dia 15 na direção de uma reforma ministerial ou da redução de seu próprio mandato. Político experimentado nas batalhas eleitorais, Sarney vê a votação maciça dada ao PMDB como um apoio popular a um governo, que não se esconde nem se omite no cumprimento de seu dever. Numa paródia de um de seus poetas favoritos, o português Fernando Pessoa, ele dispara uma frase que até parece um lema: "Contra meu destino, cumpro meu dever". O presidente não vê motivo para alterar o ministério e não se sensibiliza com os argumentos eleitorais dos vitoriosos. "Não pedi para me sentar nesta cadeira. Mas, já que estou sentado nela, não arredarei o pé de minha obrigação como presidente da República. Não vejo motivo para alterar essa disposição."

Sarney não se cansa de lembrar que as circunstâncias ajudaram na condução e na direção que os fatos

tomaram. Reconhece que os resultados eleitorais deram-lhe uma força política maior para cumprir sua obrigação com mais coragem e obstinação. Mas acredita tais coragem e obstinação a um fato subjetivo: "Não tenho ambições políticas nem pessoais. Até as circunstâncias ajudam nisso: nasci num Estado pobre e não tenho pleitos pessoais nem familiares". O presidente gosta de contar que os pedidos que ouve de sua família são simples e podem ser exemplificados por um primo seu, que foi ao Palácio pedir-lhe um emprego de assessorista. "Talvez se eu fosse originário de um Estado mais rico, tivesse que ouvir reivindicações de amigos e de familiares pretendentes à Embaixada de Paris", costuma brincar Sarney.

— Sem projetos —

Não há um projeto JS 88 ou JS 90, ele assegura. Ao contrário, insiste que, se seu mandato durar menos, ele será o primeiro beneficiário, pois então poderá cumprir o único objetivo a que se propõe: voltar a viver em São Luís, com a família. O presidente evidentemente não gosta do assunto duração do mandato presidencial. Se o interlocutor insiste e argumenta que o assunto não é apenas pessoal, ele então faz a máxima concessão de dar uma opinião, corrigindo o noticiário da semana passada. Ele não quer que os partidos definam a duração de seu mandato antes da instalação do Congresso. Ele quer que os partidos cheguem a um acordo prévio sobre o assunto para apresentar diretrizes a suas bancadas no Congresso, mas não pretende que seja negado a tais bancadas o direito de aceitar ou simplesmente rejeitar as diretrizes dos líderes partidários. "É preciso evitar a discussão única em torno de um tema que é apenas acessório", assim explica sua tese. Mas, se o interlocutor insiste na importância institucional do tema, ele responde com uma frase do ex-presidente Castello Branco: "Os cemitérios estão cheios de insubstituíveis". O presidente não está preocupa-

do com a falta de legitimidade do Congresso Constituinte, alegada por causa do número expressivo de votos nulos e em branco. Mas reconhece que essa discussão só se tornou possível por um erro da Justiça Eleitoral, que insistiu em regulamentar uma cédula eleitoral muito complicada. "Alguns grupos teimam em divulgar a idéia de que os votos em branco e nulos são uma forma de protesto, mas, na verdade, eles surgiram predominantemente da dificuldade que o eleitor teve em votar." Sarney conta aos amigos que conversou há dois meses com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, a respeito do assunto, fazendo-lhe um alerta sobre a eventualidade da discussão que ora se abre. "Na ocasião eu lembrei que esse problema foi resolvido em 1982 com a simplificação da cédula. O eleitor apenas a copiava", diz ele. O presidente não faz críticas diretas ao TSE, mas, entre o melão e o queijo branco, lembra que faltou à Justiça Eleitoral experiência no processo da eleição, a tal ponto que se deu o direito do voto ao alfabeto, mas se exigiu dele que escrevesse o nome ou o número do candidato a deputado federal ou estadual. "Se isso tivesse acontecido em Portugal, todo mundo ia dizer que era uma coisa de português", brinca a respeito.

O presidente tinha, aliás, ontem, motivos muito sérios para se preocupar com legislação eleitoral. Passou a noite sem dormir e acordou insonor por causa da tragédia que aconteceu com a filha de seu ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. A tragédia familiar de ACM, resultado do baixo nível da campanha eleitoral na Bahia, mas também registrado em todos os Estados, na própria opinião do presidente, falam de uma agressividade natural de um veículo como a TV, levados a extremos pela agressividade elaborada de alguns políticos que se aproveitaram da liberalidade no uso do veículo e levaram a discussão política a conseqüências tão desagradáveis.

Compromisso: cortar gastos do governo

O presidente da República já recebeu os primeiros indicadores econômicos de que as medidas adotadas pelo governo na sexta-feira estão dando os resultados esperados. Sarney deixa claro que o governo não pensa em aumentar a arrecadação mantendo o consumo alto, mas pretende estimular a poupança, reduzindo o nível de compras, principalmente, da classe média.

Ao repórter, que pergunta, na informalidade da conversa informal, sobre a oportunidade de as medidas anunciadas menos de uma semana antes da eleição, o presidente responde, sem hesitar, que elas eram inevitáveis. Sobre as críticas, segundo as quais o governo esperou a eleição para não sofrer o impacto da impopularidade do pacote, Sarney também tem uma resposta na ponta da língua: "A hora era esta e não poderia ser adiada. Os jornais deram notícias sobre a preparação das medidas antes da realização das eleições. Tenho a consciência tranquila, pois tenho a sensação de que o povo sabe que estas medidas não foram adotadas por meu desejo ou pelo desejo dos membros da equipe do governo, mas por serem absolutamente necessárias. E ainda que não fosse assim, eu as adotaria pois concluindo que elas eram as mais adequadas para o momento econômico, eu não poderia hesitar, pensando nos riscos de vir a prejudicar o índice de popularidade do governo".

Diante da bateria de críticas que o pacote vem recebendo, o presidente procura esgrimir com habilidade. O interlocutor lembra que as medidas estão sendo consideradas tão ortodoxas pelo mercado, que chegou a circular em Brasília a notícia de que elas são a preparação do terreno para um futuro acordo com o FMI, e assegura: "Não é verdade. Se o governo pretendesse adotar medidas ortodoxas, tais como o FMI exige, teria aumentado o Imposto de Renda e não o IPI". Ao receber a informação de que estão sendo apuradas notícias de que passou por Brasília uma missão sigilosa do Fundo, o presidente pode até perder a calma, pela única vez na conversa, para negá-la peremptoriamente. "Não há nem houve missão nenhuma do Fundo. O governo não mudou sua posição em um só milímetro e não tem acordo feito ou por fazer com o FMI."

Ao lembrar a manchete de *O Estado de S. Paulo* de domingo sobre a transferência de Cz\$ 135 bilhões do bolso do consumidor para os cofres do governo, o presidente reage não

mais irritado, mas ainda com convicção: "O governo não está metendo a mão no bolso do contribuinte. O governo está tentando evitar que o consumidor continue a gastar e fazer com que ele faça alguma poupança, que é necessária".

Ái a conversa terá que resvalar necessariamente na direção das explicações. "O problema é que o Plano Cruzado aumentou muito o poder de compra do dinheiro do brasileiro e não houve um investimento das empresas em produção, nas mesmas proporções. No momento em que o poder de compra do consumidor ultrapassou a capacidade de produção

da indústria, aconteceu uma crise de oferta. E aí a especulação voltou a criar problemas para o equilíbrio da economia. O Cruzado acabou com a ciranda financeira, mas a crise de oferta a substituiu pelo ágio e pela especulação desenfreada no mercado paralelo do dólar. Evidentemente o governo tinha que agir antes que as coisas se tornassem incontornáveis. Era preciso enfrentar os problemas de frente e sem temores. A alternativa ou seria a poupança compulsória ou o aumento de taxaço no Imposto de Renda, mas eu achei que as medidas teriam que deixar as famílias com até cinco salários mínimos

de renda fora. Então cheguei à fórmula de aumentar a gasolina em 60%, para evitar que também subissem os preços do gás de cozinha e do óleo diesel. Ao aumentar o automóvel em 80%, a intenção do governo não é arrecadar o dinheiro do mercado via IPI, mas forçar o consumidor que quer comprar um carro novo a esperar um pouco mais. A medida não prejudica os proprietários de automóveis, na medida em que os carros usados tiveram seu valor aumentado na mesma proporção do novo. É apenas uma forma de forçar um adiamento do consumo planejado."

Mais magro, depois que se tornou adepto das caminhadas noturnas nos jardins do Palácio da Alvorada, José Sarney não admite quaisquer dúvidas sobre a determinação do governo de cortar seus próprios gastos, mesmo que isso implique corte de pessoal. "Não se pode cortar na sociedade sem que o próprio governo corte, buscando uma eficiência e uma produtividade maiores", este é seu lema para explicar a extinção de cinco estatados, prevista nos decretos de segunda-feira. O presidente declara-se consciente dos riscos políticos de uma medida do gênero num país como o Brasil, onde estatização se confunde com nacionalismo, mas adverte que não se demitirá da obrigação de adotar as medidas necessárias para o ajuste da economia, por mais impopulares que elas possam ser. "A única coisa que me espanta é o fato de os jornais viverem me cobrando cortes nos gastos públicos e, quando o governo resolve ir nessa direção, todos criticam porque está havendo o corte." Mas Sarney complementa que compreende a posição dos jornais e sabe que essa atitude da imprensa faz parte do jogo normal da democracia.

Preocupado com a balança comercial e com a especulação do ágio e do mercado paralelo do dólar, o presidente da República tem consciência do alcance político de um gesto como o da demolição da grande pirâmide da Utopia do regime militar, a extinção do BNH. Diz-se disposto a assumir os riscos mais uma vez, como, lembra, já fez em fevereiro, ao anunciar a reforma da estabilização, em agosto e em outubro, com as primeiras retificações no Cruzado e, finalmente, sexta-feira, quando resolveu adotar medidas mais drásticas para desfazer o desequilíbrio entre produção e consumo. "Se eu não assumisse esse tipo de risco não estaria cumprindo integralmente os deveres a que me obriguei perante o povo", garante.

